

ORGANIZAÇÃO:
**Flávia Oliveira e
Aluísio de Aquino**

OAB **ÁÍVOU EU!**

**QUESTÕES COMENTADAS
E SIMULADOS PARA A
OAB**

APRESENTAÇÃO

O **Exame de Ordem** é, sem dúvida, um dos maiores desafios na carreira de estudantes e de bacharéis em Direito. Para vencer essa etapa e conquistar a tão sonhada aprovação, a preparação estratégica é fundamental. Pensando nisso, o **@oabaivoueu** criou um inédito **Livro de Questões Comentadas**, com mais de 15 disciplinas essenciais para o Exame, que irá proporcionar o conhecimento necessário para que você chegue à prova ainda mais preparado. Lembre-se que TREINO DIFÍCIL SIGNIFICA JOGO FÁCIL!

O QUE VOCÊ ENCONTRA NO LIVRO:

Este material apresenta questões das principais disciplinas cobradas no Exame de Ordem e as classifica em temas para facilitar o aprendizado. Além disso, a obra traz os gabaritos devidamente comentados e fundamentados. Assim, esta obra oferece:

- **Questões Selecionadas:** Baseadas nos temas mais recorrentes do Exame, garantindo que você treine o que realmente importa.
- **Gabaritos Comentados:** Explicações claras e objetivas para ajudar você a entender o raciocínio por trás de cada resposta.
- **Preparação Eficiente:** Ideal para garantir uma preparação eficaz e para testar seus conhecimentos nas disciplinas mais exigidas na prova.

POR QUE VOCÊ PRECISA DESTE LIVRO?

Este **Livro de Questões** é a ferramenta mais estratégica e assertiva que você contará para entender a lógica das questões cobradas, os temas-chave e os pontos críticos da prova, e aumentar as suas chances de APROVAÇÃO no **Exame de Ordem**.

Lembre-se: a preparação correta é o segredo para alcançar o sucesso!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	V
ÉTICA.....	1
INSCRIÇÃO.....	3
INCOMPATIBILIDADE E IMPEDIMENTOS.....	3
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	12
DIREITOS E PRERROGATIVAS.....	27
DESAGRAVO PÚBLICO.....	41
ESTÁGIO PROFISSIONAL.....	45
SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	49
PROCESSO DISCIPLINAR.....	59
PUBLICIDADE NA ADVOCACIA.....	66
ATIVIDADE DA ADVOCACIA.....	74
INFRAÇÕES E SANÇÕES.....	81
ORGANIZAÇÃO DA OAB.....	91
ÉTICA DO ADVOGADO.....	101
RELAÇÃO COM O CLIENTE.....	113
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	121
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PODER CONSTITUINTE.....	123
NACIONALIDADE.....	133
DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS.....	137
EFICÁCIA DAS NORMAS FUNDAMENTAIS.....	144
INTERVENÇÃO FEDERAL, ESTADO DE SÍTIO E DE DEFESA.....	148
AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	158
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	165
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	177
ORDEM SOCIAL.....	183
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	194
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI).....	217
PODER LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO.....	220
DIREITO ELEITORAL.....	231
PRINCÍPIOS ELEITORAIS, PARTIDOS E COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	233
PROPAGANDA ELEITORAL/CAMPANHA ELEITORAL.....	242
AÇÕES ELEITORAIS.....	245

DIREITO FINANCEIRO	249
PRINCÍPIOS E ORÇAMENTO	251
DESPESAS E RECEITAS PÚBLICAS.....	258
LEIS ORÇAMENTÁRIAS	263
RESPONSABILIDADE FISCAL	269
DIREITO TRIBUTÁRIO	273
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	275
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS E IMUNIDADE.....	276
COMPETÊNCIA E CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	283
OBRIGAÇÃO E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	290
CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	298
IMPOSTOS FEDERAIS	305
IMPOSTOS ESTADUAIS	307
IMPOSTOS MUNICIPAIS	312
DIREITO ADMINISTRATIVO	317
PRINCÍPIOS E ATOS ADMINISTRATIVOS.....	319
ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	325
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO.....	331
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	335
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	340
SERVIÇO PÚBLICO.....	347
AGENTES PÚBLICOS	357
INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	361
LICITAÇÃO E CONTRATOS	368
PROCESSO ADMINISTRATIVO	379
DIREITO CIVIL.....	387
PESSOAS	389
DOMICÍLIO/BENS.....	396
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	399
NEGÓCIO JURÍDICO.....	401
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	404
CONTRATOS EM ESPÉCIE	407
RESPONSABILIDADE CIVIL	412
SERVIDÕES E CONSTRUÇÃO.....	424
OBRIGAÇÕES.....	426
DIREITO DE FAMÍLIA	455
DIREITO DAS SUCESSÕES	468

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	479
TUTELA E GUARDA	481
ATO INFRACIONAL/ DIREITOS FUNDAMENTAIS	490
DIREITO DO CONSUMIDOR	507
PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR.....	509
PRÁTICAS COMERCIAIS ABUSIVAS.....	519
DIREITO EMPRESARIAL	539
EMPRESÁRIO/ESTABELECIMENTO/REGISTRO	541
DIREITO SOCIETÁRIO	553
RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA	564
TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE.....	578
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	583
AÇÃO E JURISDIÇÃO	585
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	592
COMPETÊNCIA	593
TUTELA DE URGÊNCIA	600
SUSPENSÃO DO PROCESSO	607
CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO.....	608
PROCESSO DE CONHECIMENTO/PEDIDO	614
CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.....	618
RECURSOS EM ESPÉCIE.....	624
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.....	637
DAS PROVAS.....	641
SENTENÇA.....	650
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	655
PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	662
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	668
DIREITO PENAL	677
PRINCÍPIOS E LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	679
TIPICIDADE E PUNIBILIDADE	688
EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE.....	694
PENAS	706
PENA RESTRITIVA DE DIREITO/MEDIDA DE SEGURANÇA.....	716
PENA DE MULTA/REMIÇÃO	718
LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	720
CRIMES CONTRA A VIDA.....	721

CRIMES CONTRA A HONRA	734
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	736
CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	745
LEI DE DROGAS	746
CONCURSO DE CRIMES	747
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	755
TEORIA GERAL DO CRIME	760
DIREITO PROCESSUAL PENAL	767
INQUÉRITO POLICIAL	769
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	778
COMPETÊNCIA/AÇÃO PENAL	779
QUESTÕES PREJUDICAIS/NULIDADES	786
PROVAS	789
PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA	793
TRIBUNAL DO JÚRI	800
RECURSOS	810
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	817
PRINCÍPIOS/SEGURIDADE SOCIAL	819
PREVIDÊNCIA SOCIAL	823
SEGURADOS E DEPENDENTES	827
CARÊNCIA/SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	830
REGIME PREVIDENCIÁRIO/BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE	833
DIREITO DO TRABALHO	843
CONTRATO DE TRABALHO	845
JORNADA DE TRABALHO	875
PERÍODO DE REPOUSO E TRABALHO NOTURNO	883
REMUNERAÇÃO, SALÁRIO E ADICIONAIS	886
AVISO PRÉVIO	900
TERCEIRIZAÇÃO	902
FÉRIAS	904
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	909
PROCESSO TRABALHISTA	911
AÇÃO/RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	927
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS	940
EXECUÇÃO TRABALHISTA	946
RECURSOS EM ESPÉCIE	955



ÉTICA

TEMA: INSCRIÇÃO

QUESTÃO 01

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado XXXVIII – Primeira Fase

O advogado Alex encontra-se licenciado junto à OAB. Assinale a opção que, corretamente, apresenta uma causa para o licenciamento de Alex.

- A O requerimento de licenciamento, independentemente de motivação, formulado por Alex.
- B O fato de Alex passar a sofrer de doença física incurável.
- C O exercício por Alex, de forma definitiva, de atividade incompatível com a advocacia.
- D O fato de Alex passar a sofrer de doença mental curável.

QUESTÃO 02

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado XXXVIII – Primeira Fase

Lucas, estagiário de Direito, descobre que Patrícia, advogada que o supervisiona, teve sua inscrição na OAB cancelada. Na intenção de auxiliar Patrícia a restabelecer o exercício da advocacia, Lucas passa a estudar a legislação que disciplina o tema.

Sobre o cancelamento da inscrição, Lucas concluiu, corretamente, que:

- A deve ter motivo justificado, caso seja solicitada pelo profissional.

- B a aplicação de penalidade de exclusão impossibilita um novo pedido de inscrição.
- C deve ser promovido, de ofício, pelo conselho competente, caso decorra do exercício de atividade incompatível com a advocacia.
- D será restaurado o número cancelado, caso seja feito um novo pedido de inscrição.

GABARITO

01-D

02-C

GABARITO COMENTADO

QUESTÃO 01

RESPOSTA LETRA: D

Art. 12, EAOAB. Licencia-se o profissional que:

- I – assim o requerer, por motivo justificado;
- II – passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia;
- III – **sofrer doença mental considerada curável.**

QUESTÃO 02

RESPOSTA LETRA: C

Em casos de falecimento e em casos em que o advogado passe a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia, o cancelamento deve ser promovido, de ofício, pelo conselho competente ou em virtude de comunicação por qualquer pessoa.

TEMA: INCOMPATIBILIDADE E IMPEDIMENTOS

QUESTÃO 01

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado XXXVII – Primeira Fase

Lucas e Leandro são os únicos sócios da sociedade de advogados Lucas & Leandro Advogados. Ocorre que Leandro, que já exerce mandato de vereador, passará a integrar a mesa diretora da Câmara Municipal no próximo biênio.

Durante tal período, a sociedade de advogados:

- A deverá transformar-se em sociedade unipessoal de advocacia, com a concentração em Lucas das cotas que pertencem a Leandro.
- B deverá averbar, no registro da sociedade, o licenciamento de Leandro para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário, não alterando sua constituição.
- C não poderá funcionar, porque Leandro, um de seus integrantes, estará totalmente proibido de advogar.
- D não poderá ter sede ou filial na mesma área territorial do Conselho Seccional em que Leandro exerce o mandato na mesa diretora da Câmara Municipal.

QUESTÃO 02**FGV – 2021 – OAB – Exame de Ordem Unificado
XXXIII – Primeira Fase**

Carlos é aluno do primeiro período do curso de Direito. Vinícius é bacharel em Direito, que ainda não realizou o Exame da Ordem. Fernanda é advogada inscrita na OAB. Todos eles são aprovados em concurso público realizado por Tribunal de Justiça para o preenchimento de vagas de Técnico Judiciário.

Após a investidura de Carlos, Vinícius e Fernanda em tal cargo efetivo e, enquanto permanecerem em atividade, é correto afirmar que:

- A Carlos não poderá frequentar o estágio ministrado pela instituição de ensino superior em que está matriculado.
- B Vinícius preencherá os requisitos necessários para ser inscrito como advogado na OAB, caso venha a ser aprovado no Exame da Ordem.
- C Fernanda deverá ter sua inscrição na OAB cancelada de ofício ou em virtude de comunicação que pode ser feita por qualquer pessoa.
- D Fernanda deverá ter sua inscrição na OAB suspensa, restaurando-se o número em caso de novo pedido.

QUESTÃO 03**FGV – 2020 – OAB – Exame de Ordem Unificado
XXXI – Primeira Fase**

A sociedade Antônio, Breno, Caio & Diego Advogados Associados é integrada, exclusivamente, pelos sócios Antônio, Breno, Caio e Diego, todos advogados regularmente inscritos na OAB.

Em um determinado momento, Antônio vem a falecer. Breno passa a exercer mandato de vereador, sem figurar entre os integrantes da Mesa Diretora da Câmara Municipal ou seus substitutos legais. Caio passa a exercer, em caráter temporário, função de direção em empresa concessionária de serviço público.

Considerando esses acontecimentos, assinale a afirmativa correta.

- A O nome de Antônio poderá permanecer na razão social da sociedade após o seu falecimento, ainda que tal possibilidade não esteja prevista em seu ato constitutivo.
- B Breno deverá licenciar-se durante o período em que exercer o mandato de vereador, devendo essa informação ser averbada no registro da sociedade.
- C Caio deverá deixar a sociedade, por ter passado a exercer atividade incompatível com a advocacia.

- D Com o falecimento de Antônio, se Breno e Caio deixarem a sociedade e nenhum outro sócio ingressar nela, Diego poderá continuar suas atividades, caso em que passará a ser titular de sociedade unipessoal de advocacia.

QUESTÃO 04**FGV – 2019 – OAB – Exame de Ordem Unificado
XXX – Primeira Fase**

João Pedro, advogado conhecido no Município Alfa, foi eleito para mandato na Câmara Municipal, na legislatura de 2012 a 2015. Após a posse e o exercício do cargo de vereador em 2012 e 2013, João Pedro licenciou-se do mandato em 2014 e 2015 a convite do Prefeito, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Município Alfa. Diante desses fatos, João Pedro:

- A em 2012 e 2013, poderia exercer a advocacia a favor de entidades paraestatais.
- B em 2012 e 2013, não poderia exercer a advocacia contra empresa concessionária de serviço público estadual.
- C em 2014 e 2015, poderia exercer a advocacia privada, desde que não atuasse contra o Município Alfa ou entidade que lhe seja vinculada.
- D em 2014 e 2015, não poderia exercer a advocacia a favor de autarquia vinculada ao Município Alfa.

QUESTÃO 05**FGV – 2019 – OAB – Exame de Ordem Unificado
XXX – Primeira Fase**

Jailton, advogado, após dez anos de exercício da advocacia, passou a apresentar comportamentos incomuns. Após avaliação médica, ele foi diagnosticado com uma doença mental curável, mediante medicação e tratamento bastante demorado.

Segundo as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB, o caso do advogado Jailton incide em causa de:

- A suspensão do exercício profissional.
- B impedimento para o exercício profissional.
- C cancelamento da inscrição profissional.
- D licença do exercício profissional.

QUESTÃO 11

FGV – 2023 – TJ-RN – Oficial de Justiça – Judiciária – Direito

Caio ajuizou em face de Tício ação de reintegração de posse do imóvel situado em área abrangida pela Comarca de Mossoró, tendo distribuído a sua petição inicial a um juízo cível da Comarca de Natal, onde ambas as partes tinham domicílio.

Regularmente citado, Tício ofertou a sua contestação, na qual deduziu argumentos defensivos exclusivamente afetos à seara meritória.

Somente depois da intimação de ambas as partes para que indicassem os meios de prova que pretendiam produzir, Tício, em uma petição autônoma, suscitou o vício da incompetência do foro correspondente à Comarca de Natal, requerendo o declínio da competência em favor de um dos juízos cíveis da Comarca de Mossoró. Nesse cenário, deve o juiz:

- A) rejeitar a alegação, já que o foro correspondente à Comarca de Natal é o competente para a causa;
- B) rejeitar a alegação, já que, sendo a incompetência relativa, deveria o réu tê-la suscitado como preliminar na contestação;
- C) rejeitar a alegação, já que a incompetência absoluta ficou configurada, mas só poderia ter sido suscitada como preliminar na contestação;
- D) acolher a alegação, já que a incompetência absoluta ficou configurada e pode ser suscitada em qualquer tempo e grau de jurisdição.

QUESTÃO 12

FGV – 2023 – TJ-RN – Analista Judiciário – Judiciária – Direito

Júnior, menor de idade, ingressa, representado por seu pai Pedro, com uma demanda indenizatória em face de uma fabricante de fraldas.

Nesse caso, a procuração deverá:

- A) dar-se por instrumento público, por envolver direito de representação de menor de idade;
- B) conter um prazo de validade, porque inviável o mandato perpétuo;
- C) especificar, se assim desejar o mandante, os poderes para entabular transação com o réu, o que não se contém na cláusula *ad judicium*;
- D) ser outorgada em nome de Pedro, porque será ele quem outorgará ao advogado poderes para, em seu lugar, representar seu filho Júnior.

QUESTÃO 13

FGV – 2023 – PGM – Niterói – Analista Processual

Caio ajuizou demanda no Juizado Especial Cível da Comarca X, onde era domiciliado, tendo pleiteado a condenação de Tício a lhe pagar verba indenizatória de danos morais. Regularmente citado, Tício, no momento processual oportuno, ofertou contestação na qual, sem prejuízo de suas teses defensivas de mérito, alegou que a ação não deveria ter sido intentada no Juizado Especial Cível da Comarca X, mas sim no da Comarca Y, onde tem domicílio. Reconhecendo que assistia razão a Tício no tocante aos argumentos em que se estribava a questão preliminar arguida, deve o juiz:

- A) reconhecer o vício da incompetência relativa e julgar extinto o feito, sem resolução do mérito;
- B) reconhecer o vício da incompetência relativa e declinar da competência em favor do órgão judicial da Comarca Y;
- C) reconhecer o vício da incompetência absoluta e julgar extinto o feito, sem resolução do mérito;
- D) reconhecer o vício da incompetência absoluta e declinar da competência em favor do órgão judicial da Comarca Y.

QUESTÃO 14

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado XXXIX – Primeira Fase

Em determinada demanda judicial cível é proferida sentença de procedência do pedido autoral, com a condenação da sociedade empresária ré ao pagamento de determinado valor a título de reparação por dano material.

Com o trânsito em julgado, o autor inicia a fase de cumprimento de sentença e, após alguns meses e diversas tentativas, sem sucesso, de penhora de bens do réu, apresenta requerimento de instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica.

Você, na condição de advogado(a), é procurado(a) pelo réu, buscando saber sobre o incidente em questão.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- A) O referido incidente não é cabível no procedimento comum, sendo restrito ao âmbito da execução fiscal de débitos tributários.
- B) A instauração do mencionado incidente suspende o processo e sua resolução se dá por decisão interlocutória.
- C) O incidente apontado não é cabível na fase de cumprimento de sentença, por não haver título judicial

formado em relação aos sócios cujo patrimônio se busca atingir.

- D** Instaurado o incidente no caso concreto, os sócios da sociedade ré devem ser intimados para exercício de seu direito de defesa

QUESTÃO 15

FGV – 2024 – OAB – 42º Exame de Ordem Unificado – Primeira fase

João propôs ação indenizatória em face da sociedade empresária *Campo Bom*, em causa própria. Foi proferida sentença condenando a ré quanto ao principal e, considerando sua sucumbência mínima, ao pagamento integral de honorários advocatícios de sucumbência. Sobre os honorários advocatícios arbitrados no caso, assinale a afirmativa correta.

- A** Os honorários não são devidos nos casos em que o advogado atue em causa própria.
- B** Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelos honorários.
- C** Como arbitrados os honorários na sentença, não serão devidos novos honorários advocatícios no cumprimento de sentença.
- D** Os honorários podem ser arbitrados por equidade, apesar de o valor da condenação ser líquido, por se tratar de ação indenizatória.

GABARITO

01-A	02-C	03-D	04-B
05-B	06-B	07-B	08-D
09-D	10-B	11-D	12-C
13-A	14-B	15-B	

GABARITO COMENTADO

QUESTÃO 01

RESPOSTA LETRA: A

A questão traz um caso de justiça gratuita e a viabilidade ou não de pagamento de honorários sucumbenciais.

Art. 98, CPC. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para **pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios** tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(...)

§ 3º Vencido o beneficiário, **as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva** de exigibilidade e somente poderão ser **executadas se, nos**

5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

§ 4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

Sendo assim, o beneficiário da justiça gratuita continua com a obrigação de pagar os honorários sucumbenciais pelo prazo de até cinco anos após o trânsito em julgado da sentença, no caso da sua situação vir a modificar durante esse período.

QUESTÃO 02

RESPOSTA LETRA: C

A questão em comento encontra resposta na literalidade do Código de Processo Civil.

Art. 23, CPC. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

I – conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;

II – em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;

III – em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

O fato de o autor da herança ser estrangeiro, ter residência no exterior, prole no exterior ou seu óbito ter ocorrido no exterior em nada influencia a fixação da competência para a jurisdição brasileira. **É um caso típico de jurisdição exclusiva pátria, OU SEJA, competência ABSOLUTA, uma vez que o caso se refere a bens imóveis aqui situados.**

QUESTÃO 03

RESPOSTA LETRA: D

A questão trata de assunto recorrente na OAB: **ações coletivas**. Com a leitura da lei seca, que tem inclusive nas DICAS OABENÇOADAS, você conseguiria responder essa questão.

No âmbito da ação civil pública, **não** são devidos honorários sucumbenciais nem custas por parte da associação autora, **exceto no caso de má-fé**, no qual terá de arcar com honorários e o décuplo das custas, sem prejuízo de reparar eventuais danos que sua conduta possa ter causado.

Sendo assim, o magistrado só poderia ter condenado a associação autora da ação por má-fé.

Além disso, conforme art. 17 da Lei nº 7.347/1985:



DIREITO DO TRABALHO

TEMA: CONTRATO DE TRABALHO

QUESTÃO 01

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado XXXVIII – Primeira Fase

Você advoga para uma rede de farmácias e recebeu uma petição inicial de reclamação trabalhista para elaborar defesa acerca de pedido de tempo despendido com troca de uniforme.

No caso, alega o autor que levava cerca de 20 minutos para vestir o uniforme, composto por calça social comum, camisa social simples e sapato comum, só podendo registrar o ponto já uniformizado. Afirma, ainda, que levava o uniforme diariamente para casa para higienizá-lo, podendo chegar às dependências do empregador já uniformizado.

Sobre a hipótese apresentada, observadas as normas da CLT, assinale a opção que você apresentaria em defesa de sua cliente.

- A** O tempo despendido para a troca de uniforme sempre será computado na duração do trabalho, pois o empregado já se encontra nas dependências do empregador. Já o tempo despendido na higienização não deve ser computado.
- B** Inexistindo obrigatoriedade de troca de uniforme nas dependências do empregador, o tempo despendido não é computado na jornada de trabalho. Tampouco deve ser computado o tempo de higienização.
- C** O tempo despendido na troca de uniforme, assim como o gasto na higienização do mesmo, são computados na jornada de trabalho, pois estão relacionados diretamente com a função desempenhada e a obrigatoriedade de trabalhar com o uniforme.
- D** O tempo despendido na higienização do uniforme deverá ser computado na duração do trabalho, pois reduz o intervalo mínimo entre duas jornadas. Já a troca de uniforme comum não deve ser computado, porque não há obrigatoriedade de troca na empresa.

QUESTÃO 02

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado XXXVIII – Primeira Fase

Vladimir, formado em Educação Física, 28 anos de idade, era instrutor em uma academia de ginástica há 1 ano, com a CTPS devidamente assinada. Ao ser comunicado pelo empregador de sua dispensa sem justa causa, com aviso prévio que deveria ser trabalhado, Vladimir foi

tomado de intensa emoção e teve um ataque cardíaco fulminante, vindo a óbito.

De acordo com a situação retratada e a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- A** A sociedade empresária será condenada pelo acidente do trabalho sofrido, mas não haverá indenização pela extinção do contrato porque o aviso prévio não foi cumprido.
- B** As verbas devidas serão pagas, em quotas iguais, aos dependentes de Vladimir habilitados perante a Previdência Social e, na falta, aos sucessores previstos na lei civil.
- C** Não haverá responsabilidade civil do empregador por se tratar de caso fortuito e a Lei determina, no caso de morte suspeita, a consignação em pagamento dos valores devidos.
- D** A morte do empregado extingue o contrato de trabalho e a indenização a ser paga será a metade do que é devido pela dispensa sem justa causa.

QUESTÃO 03

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado XXXVII – Primeira Fase

Pedro é empregado em uma indústria farmacêutica, atuando como propagandista. Desejoso de lutar por melhores condições para os brasileiros, Pedro se filiou a um partido político e lançou sua candidatura a deputado federal. Em razão disso, Pedro requereu ao empregador uma licença remunerada por 30 dias para poder se dedicar à campanha eleitoral e aumentar suas chances de ser eleito, já informando que, no caso de indeferimento, irá judicializar a questão.

Sobre o caso apresentado, sabendo-se que a norma coletiva da categoria de Pedro nada diz a respeito dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- A** Pedro não poderá exigir a interrupção do seu contrato porque não há tal previsão na CLT.
- B** A pretensão de Pedro somente teria cabimento se a campanha fosse para cargo político estadual ou municipal, não prevalecendo se for federal.
- C** O contrato de trabalho de Pedro ficará automaticamente suspenso a partir do lançamento da candidatura.
- D** Pedro poderá ser dispensado por justa causa, pelo fato de concorrer às eleições sem comunicar previamente o empregador.

QUESTÃO 04

FGV – 2023 – OAB – Exame da Ordem Unificado
XXXVII – Primeira Fase

João Luiz trabalha desde os 18 anos no Banco Dinheiro Futuro S/A. Começou como caixa em 1990. Devido ao seu desempenho brilhante, agora, no dia 30-5-2022, foi eleito diretor. Em razão dessa nova condição, consultou você, na qualidade de advogado(a), acerca dos desdobramentos jurídicos relacionados ao seu contrato de trabalho.

Sobre a hipótese, considerando o teor das normas trabalhistas em vigor e o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.
- B Com a eleição do empregado para o cargo de diretor, o respectivo contrato de trabalho será extinto com o pagamento dos direitos rescisórios pertinentes.
- C A eleição de empregado para o cargo de diretor não induz suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, uma vez que se considera promoção, podendo haver a reversão ao cargo efetivo após o término do mandato.
- D O contrato de trabalho ficará interrompido, já que permanecem as obrigações de pagamento de remuneração, contagem do tempo de serviço e de recolhimento do FGTS.

QUESTÃO 05

FGV – 2022 – OAB – Exame da Ordem Unificado
XXXVI – Primeira Fase

A sociedade empresária Mangiare Bene, do ramo de serviços de alimentação, tem um plano de expansão em que pretende assumir as atividades de outros restaurantes, passando a deter a maioria do capital social destes. Preocupada com os contratos de trabalho dos futuros empregados, ela consulta você, na condição de advogado(a). Em relação à consulta feita, considerando a CLT em vigor, assinale a afirmativa correta.

- A A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da sociedade não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados, mas, em caso de sucessão de empregadores, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.
- B A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados, mas, operando-se a sucessão de empregadores, as obrigações trabalhistas contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida serão de responsabilidade desta; já as obrigações trabalhistas posteriores à sucessão são de responsabilidade do sucessor.
- C Em caso de comprovação de fraude na sucessão de empregadores, a empresa sucessora responde como devedora principal, e a sucedida responderá subsidiariamente.
- D Em caso de sucessão trabalhista, esta implicará novação dos contratos de trabalho dos empregados admitidos antes da sucessão, de modo que poderão ocorrer alterações contratuais pelo atual empregador por se entender como novo contrato, respeitado apenas o tempo de serviço.

QUESTÃO 06

FGV – 2022 – OAB – Exame da Ordem Unificado
XXXVI – Primeira Fase

João da Silva se submeteu, em novembro de 2021, a um processo seletivo para ingresso em um banco privado. Meses depois, recebeu um e-mail do banco informando que ele havia sido selecionado para a vaga. O e-mail solicitava a apresentação na sede do banco em 5 dias, com a carteira de trabalho e demais documentos pessoais, e, por causa disso, João da Silva recusou a participação em outros dois processos seletivos para os quais foi chamado, resolvendo focar as energias no futuro emprego no banco. Ocorre que, no dia em que se apresentou no banco, o gerente do setor de Recursos Humanos pediu desculpas e alegou ter havido um engano: segundo ele, o selecionado foi realmente João da Silva, mas um homônimo, e, por descuido do setor, enviaram a informação da aprovação para o e-mail errado. Nenhum documento foi exibido a João da Silva, sendo que o gerente renovou o pedido de desculpas e desejou boa sorte a João da Silva. Diante dos fatos narrados e das normas de regência, assinale a afirmativa correta.

- A Nada há a fazer, pois a empresa se justificou, pediu desculpas e não houve prejuízo a João da Silva.
- B O banco deverá ser obrigado a contratar João da Silva, em razão da promessa constante do e-mail.
- C A situação envolve dano pré-contratual, de competência da Justiça do Trabalho.

- D** Uma vez que não houve contrato formalizado, a eventual responsabilidade civil deverá ser analisada pela Justiça Comum.

QUESTÃO 07**FGV – 2022 – OAB – Exame de Ordem Unificado XXXVI – Primeira Fase**

Sua cliente é uma empresa do setor calçadista com sede em Sapiranga, no Rio Grande do Sul, e lhe procurou indagando acerca da possibilidade de transferir alguns empregados para outras localidades.

Diante disso, considerando o texto da CLT em vigor e o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A** O empregado com contrato de trabalho no qual consta cláusula expressa de transferência decorrente de comprovada real necessidade de serviço obrigatoriamente deve aquiescer com a transferência, sendo tal concordância requisito indispensável para a validade da transferência.
- B** Apenas serão consideradas transferências aquelas que acarretarem, necessariamente, a mudança de domicílio do empregado.
- C** Em caso de necessidade de serviço, o empregador será livre para transferir o empregado provisoriamente, desde que com a aquiescência deste, sendo desnecessário o pagamento de qualquer outra vantagem ou benefício ao empregado, exceto a ajuda de custo para a mudança.
- D** Havendo transferência provisória com o pagamento do respectivo adicional, as despesas resultantes da transferência serão do empregado, uma vez que já indenizada a transferência pelo adicional respectivo.

QUESTÃO 08**FGV – 2022 – OAB – Exame de Ordem Unificado XXXV – Primeira Fase**

A churrascaria Boi Gordo tem movimento variado ao longo dos diversos meses do ano. A variação também ocorre em algumas semanas, razão pela qual decidiu contratar alguns empregados por meio do chamado contrato intermitente. Diante disso, esses pretensos empregados ficaram com dúvidas e consultaram você, como advogado(a), para esclarecer algumas questões. Assinale a opção que indica, corretamente, o esclarecimento prestado.

- A** O tempo de resposta do empregado em relação à convocação para algum trabalho é de um dia útil para

responder ao chamado, e o silêncio gera presunção de recusa.

- B** O empregador poderá convocar o empregado de um dia para o outro, sendo a antecedência de um dia útil, portanto.
- C** Para o empregado existe um limite de recusas por mês. Extrapolado o número de três recusas no mês, considerar-se-á rompido o contrato.
- D** O contrato intermitente pode ser tácito ou expresso, verbal ou escrito.

QUESTÃO 09**FGV – 2022 – OAB – Exame de Ordem Unificado XXXV – Primeira Fase**

Paulo Sampaio foi chamado para uma entrevista de emprego em uma empresa de tecnologia. Sabendo que, se contratado, desenvolverá projetos de aplicativos para *smartphones*, dentre outras invenções, resolveu consultar você, como advogado (a), para saber sobre a propriedade intelectual sobre tais invenções, sendo certo que não foi tratada nenhuma condição contratual até agora.

Diante disso, de acordo com a redação da CLT em vigor, assinale a afirmativa correta.

- A** Na qualidade de empregado, toda a propriedade sobre as invenções será do empregador.
- B** No curso do contrato de trabalho, as invenções realizadas pessoalmente pelo empregado, mas com utilização de equipamentos fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum, em partes iguais, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto pesquisa científica.
- C** O empregador poderá explorar a invenção a qualquer tempo sem limitação de prazo após a concessão da patente, uma vez que se trata de contrato de trabalho.
- D** A propriedade do invento deverá ser dividida proporcionalmente após a apuração da contribuição do empregado e o investimento em equipamentos feito pelo empregador.

QUESTÃO 10**FGV – 2022 – OAB – Exame de Ordem Unificado XXXV – Primeira Fase**

Pedro Paulo joga futebol em um clube de sua cidade, que é classificado como formador, e possui com o referido clube um contrato de formação. Recentemente, recebeu uma proposta para assinar seu primeiro contrato profissional.

**DIREITO
PROCESSUAL DO
TRABALHO**

TEMA: PROCESSO TRABALHISTA

QUESTÃO 01

FGV – 2018 – OAB – Exame de Ordem Unificado – XXVI – Primeira Fase

Em sede de reclamação trabalhista, o autor forneceu o endereço da ré na inicial, para o qual foi expedida notificação citatória. Decorridos cinco dias da expedição da citação, não tendo havido qualquer comunicado ao juízo, houve a realização da audiência, à qual apenas compareceu o autor e seu advogado, o qual requereu a aplicação da revelia e confissão da sociedade empresária-ré. O juiz indagou ao advogado do autor o fundamento para o requerimento, já que não havia nenhuma referência à citação no processo, além da expedição da notificação.

Diante disso, na qualidade de advogado do autor, à luz do texto legal da CLT, assinale a opção correta.

- A Presume-se recebida a notificação 48h após ser postada, sendo o não recebimento ônus de prova do destinatário.
- B A mera ausência do réu, independentemente de citado ou não, enseja revelia e confissão.
- C Descabe o requerimento de revelia e confissão se não há confirmação no processo do recebimento da notificação citatória.
- D O recebimento da notificação é presunção absoluta; logo, são cabíveis de plano a revelia e a confissão.

QUESTÃO 02

FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem Unificado – XXIV – Primeira Fase

Rodolfo Alencar ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da sociedade empresária Sabonete Silvestre Ltda. Em síntese, ele afirma que cumpria longa jornada de trabalho, mas que não recebia as horas extras integralmente. A defesa nega o fato e advoga que toda a sobrejornada foi escorреitamente paga, nada mais sendo devido ao reclamante no particular.

Na audiência designada, cada parte conduziu duas testemunhas, que começaram a ser ouvidas pelo juiz, começando pelas do autor. Após o magistrado fazer as perguntas que desejava, abriu oportunidade para que os advogados fizessem indagações, e o patrono do autor passou a fazer suas perguntas diretamente à testemunha, contra o que se opôs o juiz, afirmando que as perguntas deveriam ser feitas a ele, que, em seguida, perguntaria à testemunha.

Diante do incidente instalado e de acordo com o regramento da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A Correto o advogado, pois, de acordo com o CPC, o advogado fará perguntas diretamente à testemunha.
- B A CLT não tem dispositivo próprio, daí porque poderia ser admitido tanto o sistema direto quanto o indireto.
- C A CLT determina que o sistema seja híbrido, intercalando perguntas feitas diretamente pelo advogado, com indagações realizadas pelo juiz.
- D Correto o magistrado, pois a CLT determina que o sistema seja indireto ou presidencial.

QUESTÃO 03

FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem Unificado – XXIV – Primeira Fase

Jorge trabalhou em uma sociedade empresária francesa, no Brasil. Entendendo que o valor das horas extras não lhe havia sido pago corretamente, ajuizou ação trabalhista. Como impugnara os controles de horário, necessitou apresentar prova testemunhal, porém, sua única testemunha, apesar de trabalhar a seu lado, não fala português. Diante disso, Jorge requereu ao juiz a nomeação de um intérprete.

Nesse caso, nada mais estando em discussão no processo, assinale a opção que indica a quem caberá o custeio dos honorários do intérprete.

- A A Jorge, que é a parte interessada no depoimento da testemunha.
- B À União, porque Jorge é autor da ação.
- C As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita.
- D O depoimento ocorrerá fora do processo, por tradutor juramentado, custeado pela parte requerente, que depois deverá juntá-lo ao processo.

QUESTÃO 04

FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem Unificado – XXIII – Primeira Fase

Rômulo ajuizou ação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa Análise Eletrônica Ltda. Dentre outros pedidos, pretendeu indenização por horas extras trabalhadas e não pagas, férias vencidas não gozadas, nem pagas, e adicional de periculosidade.

Na audiência, foi requerida e deferida a perícia, a qual foi custeada por Rômulo, que se sagrou vitorioso no respectivo pedido. Contudo, os pedidos de horas extras e férias foram julgados improcedentes. Rômulo também indicou e custeou assistente técnico, que cobrou o mesmo valor de honorários que o perito do juízo.

Observados os dados acima e o disposto na CLT, na qualidade de advogado(a) que irá orientar Rômulo acerca do custeio dos honorários periciais e do assistente técnico, assinale a afirmativa correta.

- A Tendo Rômulo sido vitorioso no objeto da perícia, não há que se falar em pagamento de honorários periciais e do assistente técnico, pois a ré os custeará.
- B Independentemente do resultado no objeto da perícia, como ao final o rol de pedidos foi parcialmente procedente, Rômulo custeará os honorários periciais e do assistente técnico.
- C Em virtude da aplicação do princípio da celeridade, descabe a indicação de assistente técnico no processo do trabalho, não cabendo a aplicação subsidiária do CPC nesse mister.
- D Tendo Rômulo sido vitorioso no objeto da perícia, os honorários periciais serão custeados pela parte sucumbente no seu objeto, porém os honorários do assistente técnico serão de responsabilidade da parte que o indicou.

QUESTÃO 05

FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem Unificado – XVIII – Primeira Fase

Em sede de reclamação trabalhista sob o rito sumaríssimo, as testemunhas do autor não compareceram à audiência, apesar de convidadas verbalmente por ele. Na audiência, nada foi comprovado acerca da alegação do convite às testemunhas.

Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- A A audiência deverá prosseguir, pois não cabe a intimação das testemunhas, uma vez que não foi comprovado o convite a elas.
- B As testemunhas deverão ser intimadas porque a busca da verdade real é um princípio que deve sempre prevalecer.
- C As testemunhas deverão ser conduzidas coercitivamente, porque não se admite que descumpram seu dever de cidadania.
- D O feito deverá ser adiado para novo comparecimento espontâneo das testemunhas.

QUESTÃO 06

FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem Unificado – XVIII – Primeira Fase

Marcos ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a sociedade empresária Cardinal Roupas Ltda., afirmando ter sofrido acidente do trabalho (doença profissional). Em razão disso, requereu indenização por danos material e moral. Foi determinada a realização de perícia, que concluiu pela ausência de nexo causal entre o problema sofrido e as condições ambientais. Na audiência de instrução, foram ouvidas cinco testemunhas e colhidos os depoimentos pessoais. Com base na prova oral, o juiz se convenceu de que havia o nexo causal e os demais requisitos para a responsabilidade civil, pelo que deferiu o pedido.

Diante da situação retratada, e em relação aos honorários periciais, assinale a afirmativa correta.

- A O trabalhador sucumbiu no objeto da perícia feita pelo expert, de modo que pagará os honorários.
- B Uma vez que a perícia não identificou o nexo causal, mas o juiz, sim, os honorários serão rateados entre as partes.
- C A empresa pagará os honorários, pois foi sucumbente na pretensão objeto da perícia.
- D Não havendo disposição a respeito, ficará a critério do juiz, com liberdade, determinar quem pagará os honorários.

QUESTÃO 07

FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem Unificado – XVIII – Primeira Fase

Em ação trabalhista, a parte ré recebeu a notificação da sentença em um sábado. Assinale a opção que, de acordo com a CLT, indica o dia a partir do qual se iniciará a contagem do prazo recursal.

- A O início do prazo será na segunda-feira e a contagem do prazo deverá ser iniciada na terça-feira, se forem dias úteis.
- B O início do prazo será na segunda-feira e a contagem do prazo também deverá ser iniciada na própria segunda-feira, se dia útil.
- C O início do prazo será no sábado, mas a contagem do prazo será iniciada na terça-feira, se dia útil.
- D O início do prazo será no sábado, mas a contagem do prazo será iniciada na segunda-feira, se dia útil.

QUESTÃO 15

RESPOSTA LETRA: C

Pagam depósito recursal pela metade – Art. 899, § 9º, CLT (MEME):

- Entidades sem fins lucrativos;
- Empregadores domésticos;
- Microempreendedores individuais;
- Microempresas e empresas de pequeno porte.

Não pagam depósito recursal – Art. 899, § 10º, CLT (BEE):

- Beneficiários da justiça gratuita;
- Entidades filantrópicas;
- Empresas em recuperação judicial.

Sobre a entidade filantrópica, vale dizer, inclusive, que estas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições são isentos de garantia do juízo na fase de execução (art. 884, § 6º, CLT).

QUESTÃO 16

RESPOSTA LETRA: B

Em caso de acordo extrajudicial, se o juiz NÃO homologar, cabe recurso ordinário.

Art. 855-D, CLT. No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

Da sentença, portanto, cabe RECURSO ORDINÁRIO.

Art. 895, CLT. Cabe recurso ordinário para a instância superior:

I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias; e

II – das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

Em caso de acordo judicial, aquele feito numa ação já em curso, não cabe nada, exceto recurso por parte da Previdência ou Ação Rescisória para as partes envolvidas (Súm. nº 259 do TST).

ACORDO JUDICIAL – Caso o juiz não homologue não cabe nada. A homologação é faculdade do Juízo.

ACORDO EXTRAJUDICIAL – Caso o juiz não homologue cabe RO. A homologação é faculdade do Juízo.

Súm. nº 418 do TST: A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

QUESTÃO 17

RESPOSTA LETRA: B

ACORDO JUDICIAL – Caso o juiz não homologue não cabe nada. A homologação é faculdade do Juízo.

ACORDO EXTRAJUDICIAL – Caso o juiz não homologue cabe RO. A homologação é faculdade do Juízo.

Súm. nº 418 do TST: A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

QUESTÃO 18

RESPOSTA LETRA: A

Lembre-se que de decisão na execução cabe AGRAVO DE PETIÇÃO.

Súm. nº 283 do TST: O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

QUESTÃO 19

RESPOSTA LETRA: D

De decisão na execução cabe AGRAVO DE PETIÇÃO (art. 897, a, da CLT).

QUESTÃO 20

RESPOSTA LETRA: A

Art. 897-A, CLT. Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

§ 1º Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

§ 2º Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

QUESTÃO 21

RESPOSTA LETRA: A

Súm. nº 158 do TST: Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, é cabível recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista.

Art. 895, CLT. Cabe recurso ordinário para a instância superior:
(...)